

Acordo depende do fim

PARA BANQUEIROS EUROPEUS, APLICAÇÃO DO ACORDO COM BANCOS DEPENDE DE SUPERAÇÃO

23 SET 1992 JORNAL DA TARDE
da crise

DO IMPASSE POLÍTICO.

REALI JR., DE PARIS.

Banqueiros europeus estão condicionando a aplicação do acordo concluído em Washington sobre o reescalonamento da dívida comercial brasileira à solução da crise política. Essa posição foi reafirmada ontem em Paris por alguns banqueiros que representam os interesses de bancos franceses e participam do comitê de bancos. Eles advertem que a aplicação do acordo anunciado em Washington pelo ministro Marcílio Marques Moreira, e elogiado pelo próprio diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, não depende unicamente de sua aprovação pelo Senado brasileiro, num prazo de 60 dias, mas também de encontrar uma saída para a crise política, que tem contribuído para paralisar as atividades econômicas e comerciais brasileiras na Europa.

Banqueiros brasileiros que atuam no Exterior confirmam que as operações com parceiros europeus têm sido extremamente limitadas. As operações de curto prazo, por exemplo, têm dependido do termômetro político brasileiro dos últimos dias ou das últimas horas. Sempre que a crise se agrava em razão de uma nova denúncia de corrupção, muitas vezes envolvendo o presidente, aumentam as dificuldades até para pequenas operações financeiras.

Também na área industrial os negócios com o Brasil estão semi-paralisados, na expectativa de

uma rápida normalização política. Alguns empresários brasileiros revelam que as negociações com parceiros europeus desenvolvem-se normalmente, mas nunca são concluídas. Essa postura em relação ao Brasil não tem ocorrido só em Paris, mas também em Londres, Frankfurt e Genebra.

Até há pouco tempo, as notícias sobre a demissão de Marcílio — que ontem discursou na reunião anual da assembleia do FMI/Bird, em Washington, e ressaltou a solidez das instituições democráticas e a liberdade econômica do Brasil — constituíam também um complicador. Temia-se que sua saída pudesse comprometer o processo de normalização das relações brasileiras com a comunidade financeira internacional.

Hoje, a permanência do ministro continua sendo a melhor garantia de uma certa continuidade, mas esses setores já se informaram suficientemente sobre as intenções do vice-presidente, Itamar Franco, convencendo-se de que sua ascensão não vai alterar muito o desejo de normalização das relações com a área financeira internacional, mesmo se Marcílio for substituído. Se isso ocorrer, algumas modificações limitadas poderão ser introduzidas na política econômica, mas suas repercussões não deverão afetar o relacionamento externo, que se normaliza após os acordos com o FMI, Clube de Paris e bancos privados.